

## **Sobre a subjetividade: do animal racional ao ser-aí**

*Rafael Ogalla Tinti* é psicólogo, mestre em Psicologia da Educação pela PUC-SP, professor de Psicologia da Educação do Instituto Superior de Educação Vera Cruz, psicoterapeuta, supervisor clínico e acompanhante terapêutico.

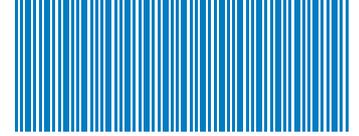
Contato: rafaelinti@hotmail.com

### **Resumo**

O artigo discute o conceito de “subjetividade” a partir de um olhar histórico, etimológico e filosófico, tendo como autor de referência o filósofo Martin Heidegger. A noção de “subjetividade” participa do cotidiano de psicólogos e educadores de maneira irrestrita e irrefletida. É a partir dela e dessa maneira que esses profissionais fundam suas teorias e ideologias. Assim, aponta-se essa falta de fundamento, esquecida em nosso tempo. A “subjetividade” aparece como o maior esquecimento do lugar de origem do ser humano, um distanciamento com o que nos é mais próprio. Como conclusão deste trabalho, a proposta é a transformação do ser humano, calcado na ideia do “animal racional”, para uma outra fundação, o ser-aí. Palavras-chave: subjetividade; psicologia; pedagogia; verdade; ser humano; ser-aí.

### **Abstract**

This article discusses the concept of “subjectivity” from a historical, etymological and philosophical view, having as reference the work of the philosopher Martin Heidegger. The notion of “subjectivity” is within the daily life of psychologists and educators in an unconstrained and thoughtless way. It is from this notion and within this way that these professionals establish their theories and ideologies. Therefore, the lack of grounding, forgotten in our times, is pointed out. The “subjectivity” appears as the biggest oblivion of the human being place of origin. As a conclusion of this article, the proposal is to transform the image of human being, based on the idea of “rational animal”, to another foundation, the Dasein. Keywords: subjectivity; psychology; pedagogy; truth; human being; *dasein*.



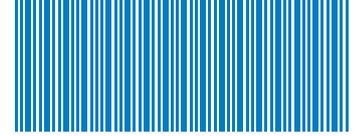
Esse texto reza sobre o que nós chamamos de subjetividade. Nós, aqui, fala especialmente aos psicólogos e educadores que praticamente fundam todo o trabalho realizado, toda justificativa, todo pensamento psicoterápico e pedagógico nessa palavra ou nessa ideia. Trabalhamos com ela, a subjetividade, e ela se tornou o abandono mais velado da possibilidade de uma abertura do ser humano. Ela trabalha para o esquecimento de nós mesmos, ou melhor, para o esquecimento de uma abertura (que nós somos) em relação à essenciação do ser.

Queria então contar uma história que aprendi especialmente nas leituras de dois livros. O primeiro é o livro intitulado “Parmênides”, de Martin Heidegger, e o segundo é a compilação de alguns seminários proferidos, também por Heidegger na casa do psiquiatra Medard Boss e que foram por este editados, como *Seminários de Zollikon*. Essa é a história da subjetividade, ou melhor, de como esse conceito, essa ideia, esse pensamento, esse fundamento sólido foi construído, ganhando terreno e praticamente se colocando acima de qualquer suspeita, de qualquer questionamento. Essa é a história do crescimento de um poder avassalador, incontestável, que se alastrava e se alastra até hoje e, ao contrário do que pode parecer, nos afasta da fundação de nossa origem: a subjetividade.

## 1. História, Etimologia e Filosofia

Essa história começa com a invasão do território grego pelos romanos e sua expansão desenfreada até a criação do grande império. Esqueçamos agora a subjetividade propriamente dita e adentremos na época das grandes guerras. O que estava se iniciando naquela época? Num primeiro momento, o império romano invadia e destruía os povos que encontrava, escravizando-os e subordinando-os, dominando de forma total, destruindo e deixando os destroços para trás, arrasando o que via pela frente. Num segundo momento, acoplava a nova cultura ao seu modo de vida, deixando-a “sobreviver” dentro dos limites colocados pelo comando imperial.

Desde 507 a.C. Roma dedica-se ao domínio de toda a península Itálica. A partir de 264 a.C. volta-se contra Cartago e as colônias cartaginesas no norte da África, Sicília, Sardenha, Córsega, Baleares e península Ibérica. De 200 a.C. até o ano 476, Roma atravessa seis séculos de contínua expansão territorial, formando um império ainda mais vasto do que o de Alexandre, o Grande. Os romanos conquistam a Macedônia e a Grécia, a Ásia Menor, o Egito, a Cirenaica (atual Líbia), a península Ibérica, a Gália

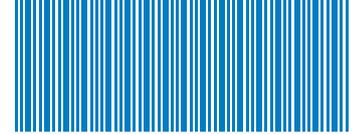


(França), Germânia (Alemanha), Ilíria (Albânia), Trácia, Síria e Palestina. Transformam a Mauritânia, a Capadócia, a Armênia, os Partos e o Bósforo em reinos vassallos (Pitta, 2008, p.1).

Não estava nascendo uma forma nova de comando, mas o próprio comando. Dominava porque deixava tudo em ruínas, reinando em toda sua força e plenitude, reinando de forma poderosíssima e incontestável sobre todos os outros. Ironicamente, como os outros povos estavam arrasados, não havia guerra, pois não havia a força oposta, a força que deveria fazer resistência ao comando, não havia disputa justa. O comando nascia nesse formato: destruir seu oposto, não o considerar, imperar. Existia apenas **um** poder, **uma** verdade, **um** modo de pensar e esse modo de poder/verdade/pensar se chamava o “modo imperial”. Isso trazia **paz** ao império, que não precisava mais guerrear, mas simplesmente supervisionar de cima o seu grande feito, sua conquista. “*Veni, vidi, vici*” dizia Cesar: “Eu vim, eu **supervisionei** e eu venci”. A supervisão era a forma da conquista, pois nenhum outro povo, nenhuma outra “verdade” tinha o poder do império romano. Aqui, o que se mostra relevante é o modo da “super-*visão*”. Um olhar que vê de cima, do alto de seu poder, apenas vasculha se existe ali um outro poder capaz de se elevar ao mesmo nível do comando. Nessa possibilidade, o “ver” de Cesar era na forma da *actus* romana, ou seja, esse outro (os povos conquistados e destruídos) seria trazido para baixo novamente, falido, *fallere*, *falsum*. A *actus*, a ação, o agir, tem esse modo do constante rebaixamento da verdade que não é imperial, ou seja, da falsidade. O que é falso, mentiroso, dever ser levado à ruína constantemente. Na verdade (*veritas*) do comando, só ela prevalece. Como os outros povos não podiam existir propriamente, pois o comando é na forma do poder e do imperial, também não havia luta, mas apenas paz e ruínas.

Esse modo de “super-*visão*”, que é o modo do domínio que vem em consequência do comando é o agir da *actus*, ou seja, o modo como age a ação até hoje conhecida. Quando pensamos, hoje, cientificamente em teoria e prática estamos na repetição da supervisão (teoria) que se propõe uma *actus* (prática). Nenhuma teoria vem isenta de um fazer; e o fazer que conhecemos é a *actus* imperial.

O império, que age como *actus*, diz o *imparare*, aquilo que sempre já ocupa de antemão e assim tem o comando, vê o ocupado como território. Se num primeiro momento o império destrói e só assim o comando domina, num segundo momento



## ele age (*actus*) de outra forma:

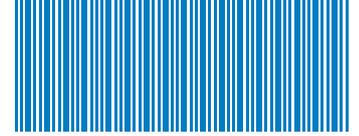
O simples 'levar a sucumbir' no sentido do abater é o modo mais grosseiro, mas não o modo genuíno e essencial do imperial do levar à queda, à ruína. O mais forte e inerente traço da dominação essencial consiste em que os dominados não sejam reprimidos ou mesmo desprezados, e sim, o contrário, que eles consigam oferecer seu serviço, no interior do território do comando, para o asseguramento permanente da dominação. O levar à ruína imperial, o *fallere*, é, portanto, o enganar que deixa de pé, é o driblar. O falso (Heidegger, 2008, p. 68).

Como já dissemos, esse segundo modo deixa sobreviver aquele que caiu, driblando, enganando e sugando seus “benefícios úteis”. Esse é o modo mais eficaz do domínio, aquele que destrói com truques e deixa a sensação de respeito pela alteridade. Aí, aparentemente, como na democracia, todos poderiam ter seu espaço. Respeito poderia bem ser um outro nome para o domínio imperial. Esse é o truque (*trick*), o engano, a ação (*actus* – prática da teoria) realmente grande e genuína do imperial.

As batalhas contra as cidades e as tribos italianas, por meio das quais Roma assegurou seu território e sua expansão, fazem manifesto em toda parte o claro procedimento de convivência e inclusão – mediante acordos – de tribos residentes numa distância cada vez maior. No *fallere* latino, no levar à ruína como subterfúgio está o ‘enganar’; o *falsum* é o que engana de modo pérfido: o falso (Heidegger, 2008, p. 68).

Será que existe algum outro tipo de *actus*? Isso ainda não foi perguntado, pelo menos não de modo original. Olhar a história da subjetividade a partir da expansão do império romano é um começo importante na investigação do tema, mas deixa de lado o ponto mais relevante, deixa de lado a origem dessa história. Só olhando para essa origem poderemos fazer a pergunta de modo original. Está claro que para “fazermos” a pergunta de modo original, teremos que desvincular o pensar do fazer. Enquanto o pensamento (teoria) estiver atrelado irremediavelmente a um fazer, esse fazer será sempre no modo da *actus* imperial. Ainda não sabemos o caráter de ação do pensamento desatrelado da prática, ou melhor, do pensamento pensante; mas isso não impede que ele exista.

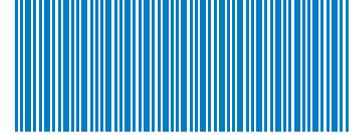
Dessa forma, estamos convocados a pensar que o comando imperial não é obra de um povo isolado, mas a consequência de um acontecimento que destina toda história da “verdade”. Se não fosse assim, seria apenas uma reflexão do mesmo modo imperial



que impera há 2 500 anos. Exige-se um pensamento pensante. Expliquemos: a história da “verdade” tem início na Grécia antes da invasão romana. O que aconteceu como digno de nota foi que, nessa citada invasão, a conversa com a verdade grega (*Aletheia*; Deusa Verdade) foi abandonada e, portanto, sua origem foi perdida. Os romanos, como vimos acima, assimilaram a conversa original dos gregos, porém dentro dos limites impostos pelo império, o que perturbou e quebrou a relação da verdade com sua origem. Por isso, o que entendemos hoje por “verdade”, não alcança o que a verdade em seu nascimento estava dizendo, ou convocando. Sem a origem dessa conversa grega, um esquecimento se abateu sobre a “verdade” e sobre todo o pensar ocidental e ela, esquecida de si, desenvolveu-se avassaladoramente, num progresso democrático e imperial, sem aquilo que era para ser questionado. Assim como um soldado fica mais forte e letal quando não se questiona sobre o significado de suas ações, ou sobre o significado da vida, também a verdade imperial recentemente sequestrada e transformada, não quer e não pode aceitar esse questionamento. Achar a questão original da verdade (sim, a questão, porque a resposta só viria no modo da *actus* imperial que destrói tudo o que não é ela) é a tarefa agora imposta pelo pensamento. Para isso, é necessário voltar ao fio condutor do texto.

O império não é obra de um povo, mas de uma concepção do que é a verdade e sobre o verdadeiro. O que é a “verdade”? Essa é uma discussão importante para o psicólogo e para o professor, em algum momento eles devem se perguntar pela verdade. Nessa busca, Parmênides pode nos ajudar a refletir, pois foi um pensador que pensou a Deusa Verdade (*Aletheia*) e deixou fragmentos de seus poemas doutrinários. Heidegger nos convoca a compreender Parmênides e a verdade pensada por este nos chamando para o embate com a verdade pensada pelos romanos (*veritas, verum*).

A verdade para o romano é o correto, o certo, e por isso destruiu, derrotou com seu poder “alastrante”, o seu opositor, o seu inimigo, ou seja, o falso (*fallere*), a mentira, o errado, o engano. O *falsum* romano, oposto do correto, significa aquele “levar à ruína de modo constante, perpétuo”. **A destruição, portanto, é o movimento essencial da verdade romana, seu princípio, seu resultado.** A *veritas* (que depois se transforma em *verum – certum – rectum*) não consegue conviver com o *falsum*, a verdade não suporta o engano, a mentira; nesse processo, esses obstáculos precisam ser corrigidos. Corrigir significa *co-rectum*, juntos no caminho reto, correto, certo. Para o “pensar” pós-império, ou seja, o nosso, a essência conflitante da verdade

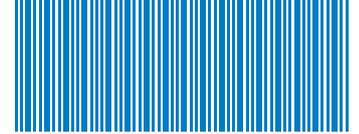


está há muito tempo adormecida, ela é a paz não conflitante e por isso precisa estar junto no mesmo, **com-vencer**, ou eliminar seu opositor falido, o *falsum*. No “com-vencimento”, no vencer junto o falso, está o poder do argumento, que age no sentido do “com-cordar”. Quando se concorda, a batalha está vencida, o falso destruído e reina a paz, a tranquilidade apaziguadora do *correctum*, da *veritas*.

A correção leva o poder ao seu grau máximo, deixa vigorar o império e apenas ele, todo resto vira apenas ruína, margem abandonada à própria fraqueza. **Tudo o que é correto é imperial e destruidor**, e aceita apenas o que concorda com ele, ou seja, o mesmo. O “com-cordar”, como o corrigir, é o trazer junto para o mesmo que vigora em si, o concordado está apaziguado, pois, como falamos, a partir do truque (que aqui seriam as explicações e razões, por exemplo), arrasta tudo e todos para o seu controle e domínio.

Correção é uma palavra que merece atenção. Correção, segundo Heidegger, vem de *retitudo*, retidão, o caminho reto, sem curvas, em direção rápida e certa ao que é poderosamente invencível, imperial, certo. *Retitudo* também se relaciona com *ratio*, razão. O “pensamento”, portanto, no modo da razão, nada mais é do que um “pensamento” **adequado** à verdade como correção. *Adequatio* é a assimilação que o pensamento faz e agora se transforma num “autoajustamento para...”. A *ratio*, o nosso modo de “pensar” é *adequatio*, adequado à correção: “*Veritas est adaequatio intellectus ad rem*”. Não é, portanto, pensamento mesmo, mas é apenas dentro de certos limites e predisposto ao caminho dado. *Adequatio* é o autoajustamento e este diz de um “tomar algo por algo” como **correspondência reveladora**. “Tomar algo por algo” é em latim *reor* e a palavra que se assemelha é *ratio*, razão, retidão. Quando algo está tomado por algo que ele é, ou seja, adequado, acontece essa correspondência que revela, indica, o que a coisa propriamente é no modo da correção.

Isso determina para o futuro como uma consequência da nova transformação da essência da verdade, o caráter tecnológico do moderno, isto é, da técnica de máquinas. Esta tem sua origem no âmbito originário, do qual surge o imperial. Este surge da essência da verdade como correção no sentido do autoajustar-se indicador, garantia da segurança de dominação. O ‘tomar como verdadeiro’ da *ratio*, de *reor*, torna-se uma segurança de amplo alcance e antecipatória. *Ratio* torna-se a ação de calcular, o cálculo. *Ratio* é o autoajustamento para o que é correto (Heidegger, 2008, p.79).



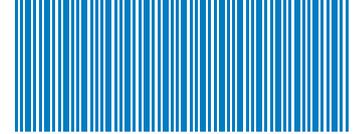
A razão é o caminho reto, o método mais curto, mais rápido e que garante, sem contradições, o império e sua *veritas*, a chegada à correção e à certeza. Essa verdade correta é o *verum* romano, que significa propriamente: “o permanecer em pé constantemente imperando, erigido para cima, de forma reta, *rectum*” (Heidegger, 2008, p. 95). O *verum* tem origem no “ver”. O “ver” de Cesar, como falamos, é a “super-visão”, a ação (*actus*) própria do império. Porém, o “ver” tem raiz indo-germânica e significa o resistir.

‘Ver’ significa então: manter a posição, permanecer na disposição. Na verdade, resistência sempre pertence aqui num certo sentido, o que, por sua vez, só pode vir sempre na firmeza. ‘Ver’ diz então: estar de pé na disposição, permanecer na disposição, isto é, não deixar cair (nenhum *falsum*), permanecer em cima, manter-se a si mesmo, ser cabeça, comandar. Aquilo que se mantém a si mesmo e a ação de permanecer de pé – o ereto. Assim, é do âmbito essencial do imperial que o *verum*, como palavra contrária para o *falsum*, tenha recebido o significado de direito estabelecido (Heidegger, 2008, p. 75).

*Veritas* alcança o âmbito da verdade. Como veremos adiante, esse é um traço fundamental para compreendermos como a verdade enquanto *aletheia* no pensamento grego perde seu fio condutor.

Aqui fica claro o que está balizando todo “pensar” imperial e a verdade como *veritas*, e isto é a **segurança e a certeza**, sua essência se determina a partir disso, transferindo facilmente o *verum* para o *certum*, a garantia em todos os sentidos, o apaziguamento antecipatório, a paz de antemão. Resumindo, o “ver”, que dá origem ao *verum*, a verdade enquanto *veritas*, é o resistir contra, o estar fechado no mesmo, é a *actus* própria do imperial, a “super-visão” que antecipatoriamente, a partir da razão calculadora, garante, assegura. **Verdade é então, no que diz respeito ao humor, tranquilidade.** “Ver”, portanto, não é o olhar, o estar aberto. Ao contrário, é o resistir, o estar fechado, no mesmo.

O contrário do *verum* é o *falsum*, o *fallere*, o que é levado à queda permanentemente e fixado embaixo. Essa fixação é, em latim, *pango*, de onde vem, ironicamente, a palavra *pax*, paz. A paz é o resultado do falso levado eternamente à ruína e por isso sem forças para contra-atacar o correto. A paz, o fixado na queda, é pensado no imperial, é fundamental ao império. Todo império precisa de paz e não de guerra. Principalmente o império da



democracia que hoje impera. O único modo de atingir tal conquista reta, rápida e certa é a retidão da *ratio*, da razão. Ela traz a certeza e afunda, destruindo, o falso. Chega então a paz. **A paz é o fruto da destruição proporcionada pela razão rumo à correção e ao asseguramento.** Essa afirmação não é simples. Ela ensina muita coisa, uma delas é que a paz não é uma escolha, mas a consequência da verdade como certeza e correção.

Essa *veritas* dá origem ao modo que conhecemos nosso direito, *iustum*, e a justiça como *iustitia*. Na passagem do *verum* para o *certum*, o mundo romano e cristão faz a pergunta, através de Lutero, sobre a possibilidade de o homem ser um “verdadeiro” cristão, um homem justo, um homem justificado. A *veritas* cristã passa agora por uma questão de justiça. Justiça pertence ao âmbito do comando e tem sua origem na palavra *jus*.

É visível que a etimologia dessas palavras encontra-se no termo latino *jus* (*juris*), que significa direito.

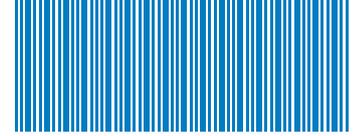
Mas, se remontarmos um pouco além e formos investigar a significação originária do vocábulo *jus*, encontraremos, pelo menos, duas origens diferentes indicadas pelos filólogos.

Alguns pretendem que *jus* se tenha constituído no idioma latino, como derivado de *jussum*, particípio passado do verbo *jubere*, que significa: mandar, ordenar.

E apontam, nesse sentido, certas fórmulas que eram usadas nas assembleias curiais em Roma, nas quais os cidadãos, depois de discutirem as leis, decidiam sobre a sua promulgação. A fórmula usada então, para encerramento da discussão, era a seguinte: *jubeate quirites* (mandai cidadãos); ou então, *adsentite jubere quirites* (concordai em mandar cidadãos) (Montoro, 1995, p. 31).

Como percebemos, o ordenar (comando, domínio), bem como o vínculo (trazer para o mesmo, para a concordância, para o imperial), são os fundamentos do direito romano dentro da concepção da verdade como certeza e garantia calculada. O comando é a razão essencial da dominação do *iustum*, ou seja, “ser no direito” e “ter direito”.

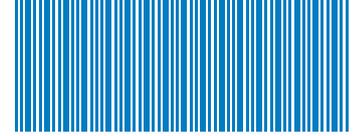
Porém, no homem justo e justificado, além do puro comando e comandado fala uma outra correção, a correção da vontade e da razão. O homem não apenas deve ser correto, mas deve se empenhar, **ter vontade de ser correto, vontade de verdade.** Essa é uma das formas em que age a *actus* imperial, um dos truques, disseminando a vontade de permanência na *veritas* ordenada. Aí, a essência da vontade, no seu querer, é que ela se dedique à



correção. A verdade moderna é então determinada pela correção, pela certeza, pela justiça e pelo ser justo, mas, acima de tudo, pelo domínio da vontade no seu querer. **É importante agora que o homem acerte e queira acertar, ser correto, ou seja, que faça uso correto da razão. Em outras palavras, que consiga julgar.** A importância da vontade dá ao homem um lugar privilegiado, fundamental, sobre aquilo que é ou deixa de ser verdadeiro, desde que, a verdade, ela mesma, deve ordenar a vontade. A vontade participa agora como um instrumento da verdade; se ela estiver em ordem, a verdade está garantida. Não à toa, **aqui começa a nascer a primeira ideia que deu base à concepção da subjetividade e do subjetivo no homem.** Não apenas a correção e a certeza, mas também a vontade de perpetuar um atual estado de poder faz parte do uso adequado da razão. A verdade só é atingida pelo uso seguro da *ratio*: o julgamento. Agora, o falar do verdadeiro cristão é o *indicium*, o ater-se, com certeza, ao que é reto. Não se fala mais a partir da fala propriamente dita, apenas a partir daquilo que se mantém e se adequa à retidão. Não se atém à retidão aquele em que a vontade está abalada, desviada, sinuosa; aquele que foi abandonado pela verdade e, por isso, não “está no direito”. O ser humano, pela primeira vez, é importante no processo, no método, de atingir a verdade, a correção.

Está então destruída a verdade grega como *aletheia*. *Aletheia*, desvelamento, desocultamento, desencobrimento, diferente da *veritas* romana, carrega em seu nome o próprio velamento, ocultamento, encobrimento, necessita de seu oposto, o velamento, o ocultamento, o encobrimento, para ser e vigorar como tal. Assim, essa verdade diz de um favorecimento oferecido pela ocultação à tudo aquilo que foi desoculto. *Aletheia* mantém a tensão entre velamento e “des-velamento”, mantém a verdade nada tranquilizadora, mantém a guerra essencial. Guerra aqui nada fala de algo violento, mas do manter-se no *pólemos*, na polêmica própria da verdade entre o velado e o desvelado, que, em seu ser, carrega a questão; não mais qualquer questão, não apenas aquela possivelmente respondível proposta pela supervisão de César em vistas de uma possível *actus*, mas a questão mais digna, **a questão que exige manter-se questão.** Então, o que se mostra merece ser guardado, protegido, pois aconteceu na forma de uma doação feita pelo velamento, doação feita de tudo que não brotou.

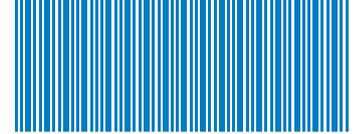
A verdade como *a-letheia*, ou seja, “des-velamento”, merece ser protegida, pois a partir do que dela vigora que recebemos nossa proteção. Proteção não significa aquela fortaleza que impede qualquer ataque, não quer dizer garantia como estamos



acostumados, ela não nos promete a tranquilidade apaziguadora da *veritas*, da certeza; proteção aqui fala do nosso lugar, sinalizado e indicado através da batalha pela fundação da *aletheia*, que nos é próprio e que nós mesmos somos. A proteção da *aletheia* é o aceno do nosso lugar de origem, onde, nesse campo aberto por ela, nos é dado o lugar. Seria o “pra dentro do que é próprio”. Não se trata de uma ação humana e, em outras palavras, subjetiva do homem racional, justificado e corrigido, mas do agradecimento em relação ao indicado pelo “des-oculto”. Portanto, a verdade (*aletheia*) não deve ser procurada e muito menos perseguida pela *ratio* do homem reto, ela nunca é achada por uma competência do homem superdotado, mas vigora na salvaguarda do povo que recebe seu lugar de origem, sua mais própria propriedade. Não é uma *actus* da ação humana, não se trata de uma teoria e, portanto, não propõe nenhuma prática. *Aletheia* não se relaciona com utilidade.

Na tradição romana, o contrário da verdade é a falsidade, o “falso” é a tradução da palavra grega *pseudos*. Porém, no modo grego, *pseudos* não faz parte da experiência da *aletheia* – *a* (des) e *lethe* (ocultamento) não conhecem o *pseudos* e muito menos o que foi feito dele: falsidade, mentira, engano. Ou seja, para o grego, o falso, o engano, a mentira, o errado, não fazem parte da relação com a verdade.

Pensando a partir daí, percebemos que na Grécia dos antigos pensadores não existia a relação da falsidade com a verdade e, portanto, muito menos a razão como caminho reto. Assim, também não era possível falar de nenhum uso da razão, de nenhuma *actus* propriamente humana que garantisse o acesso a uma verdade. A utilidade não era importante *a priori*, portanto também nenhum uso ou qualquer outra ação premeditada. Não existia nenhuma subjetividade humana. A subjetividade só pode existir num âmbito onde a verdade é o certo e para isso exige-se um método determinado que possa acessá-la; nesse processo, surge como fundamental o bom julgamento, ou seja, o homem verdadeiramente capaz de se adequar à retidão, à razão. A verdade do homem é então sua subjetividade, e esta no modo de uma adequação. Daí para a domesticação não falta muito, apenas o desdobramento das diretrizes principais dessa subjetividade. Em outras palavras, todo trabalho realizado pela psicologia e grande parte da pedagogia é uma história de domesticação; por vezes no sentido estrito da palavra, doutrinando seu comportamento, por vezes, no modo enganoso e pérfido que age a *actus* imperial, no truque argumentativo, liberando o homem para uma suposta liberdade de sentimentos e sensações onde ele precisa vivenciar

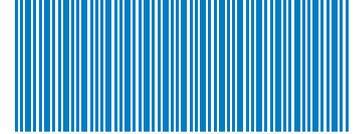


as experiências da vida. Tanto a doutrinação como a liberação de todas as amarras falam da mesma verdade como correção, que adéqua o pensamento, faz concordar, destrói o que não é semelhante, trazendo a paz.

Outros **indícios** nos mostram as diferenças do pensamento grego para o “pensamento” romano (aqui, a palavra “pensamento” está entre aspas para indicar que o “pensamento” romano não é pensamento propriamente, apenas adequação à retidão). Os deuses gregos, por exemplo, não são deuses que revelam a verdade, nem são eles que criaram o mundo à sua vontade e perfeição; os deuses gregos apenas sinalizam, dão dicas, pistas. Somente aquele que estiver aberto, ou melhor, que se encaminhar para a abertura, para a atenção, pode seguir por estas veredas. Um homem que “pensa” no modo do “ver” de Cesar, ou seja, no resistir de pé, não recebe a graça dos deuses, pois, como falamos, estará fechado no mesmo.

Não se trata de um homem que tem uma atitude aberta, ou abre-se para os deuses, não é nenhuma ação como nós a conhecemos (*actus*), mas é o próprio ser que se encontra na abertura; é o que Heidegger chama de ser-aí. Já o deus cristão é a própria origem de tudo, a própria *actus* essencial; ele criou o mundo e os entes, é a maior e última fonte de iluminação, ou seja, o elemento que falta para fechar todo cálculo do mundo, para legitimar, legalizar num julgamento, a correção como verdade aprovada e a razão como o caminho até ela. Esse deus não apenas revela o mundo como ele é, mas o fez e é o próprio mundo. Agora, não mais apenas o “mundo”, mas todo o “universo” e o “infinito”. Os deuses gregos, diferentes do judaico-cristão, não preenchem, sinalizam. O sinal sempre mostra ocultando, retira-se favorecendo, é *aletheia*, e “des-ocultamento”.

Outra diferença está na própria fala. Como na Grécia ainda não existe a verdade como correção, **a fala não é uma ferramenta do animal racional**, como é para o nosso modo de “pensar”. Ela também não pode ser *actus*, ou seja, uma maneira de expressão das ideias, das coisas, que estão dentro do aparelho subjetivo da máquina homem, ela não pode ser uma forma de comunicação entre os sujeitos. Desse modo, na Grécia antiga **a palavra** era chamada de diversas maneiras. Eram elas: *mithos*, *ethos* e *logos*. Essas palavras, que como nós as conhecemos hoje apenas compartilham a sonoridade com o que originariamente significavam, são palavras que dizem “a palavra”. Elas não falam sobre mitologia, ética e lógica. Os Gregos nomeavam **a palavra**, mas não tinham vocabulário para a “linguagem”, como nós temos.

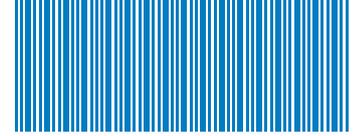


Claro que eles conheciam a palavra “língua”, mas não associavam a fala ao aparelho biológico que a proporciona. Os gregos não diriam que a diferença do homem está em ser um vivente que tem língua e que é capacitado por ela, mas em ser aquele que essencialmente é na sua saga, que está aberto a ela e nela, a recebe, a protege e é por ela nomeado. A palavra, ou a fala, não é ferramenta do homem útil, adequado, mas é ela mesma, ou seja, a própria iluminação que doa a verdade, *aletheia*.

Para o pensar moderno da *veritas* romana e cristã, a linguagem é um aparelho do homem, assim como os olhos e o nariz, que serve (utilidade, *actus*) para nos comunicarmos ou para expressar a vida e as vivências. Ai, o homem está no centro de toda competência para ditar o próprio caminho, controlando suas possibilidades a partir do conhecimento técnico da linguagem. Essa linguagem é então algo **feito** de palavras e **produtora** de palavras. É uma **coisa** do intelecto. Máquina e coisa. Nós a fazemos, nossa subjetividade. A linguagem é então uma mercadoria como qualquer outra, que pode ser produzida, vendida, diagnosticada, modificada, ampliada, moldada, adequada, ajustada, **justificada**. Ela deve sempre procurar as explicações do cálculo, do argumento, ela deve ser reta na *ratio*. Por mais que, modernamente falando, ela venha a se transformar nas vivências da vida, nas experiências vividas ou na cultura, o que dá no mesmo.

Uma outra diferença que Heidegger aponta de modo primoroso entre os gregos e romanos:

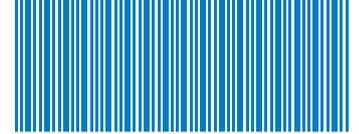
Os gregos distinguem-se eles mesmos em relação aos outros povos e os chamam de ‘bárbaros’, aqueles que têm uma espécie estranha de ‘linguagem’ que não é nem *mithos*, nem *logos*, nem *ethos*. Pois para os gregos, o oposto a barbarismo não é ‘cultura’, mas o morar no seio do *mithos* e do *logos*. ‘Cultura’ só existe a partir do início do período moderno; iniciou no momento em que *veritas* se tornou *certitudo*, quando o homem colocou-se por si mesmo e criou a si mesmo [subjetividade], pela sua própria ‘cultivação’, ‘cultura’, e, pelo seu próprio ‘trabalho criativo’, tornou-se um criador, isto é, um gênio. Os gregos não conhecem nem algo como ‘cultura’, nem algo como ‘gênio’. Assim, é curioso que, também, ainda hoje, os melhores filólogos clássicos façam divagações sobre a ‘cultura genial’ dos gregos. Do ponto de partida dos gregos, o que é chamado de cultura no período moderno é uma organização do ‘mundo espiritual’ produzido pelo poder próprio do homem. ‘Cultura’ é o mesmo, essencialmente falando, que tecnologia moderna; ambas são, num sentido estritamente grego, não míticas. Pensando de modo grego, ‘cultura’ e ‘tecnologia’ são formas de barbarismo [...] (Heidegger, 2008. p. 105).



Na verdade enquanto *aletheia*, se torna impossível falar em cultura, já que cultura, assim como a linguagem, nada mais é do que produto da genialidade humana, da concepção da importância da subjetividade e da conseqüente adequação à *ratio*. Ampliando a questão, cultura e linguagem são produtos da transformação do homem, da abertura do *mithos* e do *logos* para o “homem-máquina” adequado, calculado e justificado. A subjetividade é a conseqüência tardia do homem enquanto gênio que se **auto cultiva na cultura**, pois, agora, sua vontade (e seu conseqüente poder derivado) de retidão determina a chegada à verdade como correção; **a psicologia e a pedagogia são isso, agora abandonadas a si mesmas e autorizadas e trilhar qualquer caminho.**

Nessa forma de barbarismo proporcionada pelo comando imperial que dá ao homem humano, animal racional, ilimitado poder no meio da correção, estabelece-se a paz porque está dominado e destruído seu oposto, o falso. Nesse sentido, é uma verdade tranquilizadora, confortável, prazerosa porque estabelecida. O Homem está no centro das coisas, é uma coisa entre coisas, a coisa mais importante delas e, por isso mesmo, como elas. O que resta então é seguir os passos já abertos pelo império, como a psicologia e a pedagogia seguem os passos abertos pela subjetividade. Sua certeza, sua correção, sua previsão de futuros desvios e sua promessa de uma vida cada vez mais confortável crescem a medida que também nos tornamos mais obedientes, dóceis e arruinados. *Aletheia* foi esmagada e sua questão esquecida.

Ainda estamos nessa história, essa é a verdade que reina até hoje no Ocidente. Também é importante perceber que já atinge o Oriente, exatamente porque seu modo de ser é imperial, necessita da vitória destruidora, do alastramento, do apaziguamento, da domesticação para permanecer. Ela expande cada vez mais porque é só isso que sabe fazer: produzir mais, melhorando sempre, engordando o entulho, abarcando tudo ao seu redor, desde as ciências, religiões, até as artes; muitas vezes com o truque do discurso oposto, dizendo que o caminho agora é a redução, o respeito à natureza, a restrição do poder. Restrição de poder só pode ser aumento de poder. Esse é apenas mais um discurso de grandeza disfarçada: a sustentabilidade e a democracia. Com o poder da razão, o homem detém o acesso à verdade e por isso se transforma num ente fazedor, na medida do justo julgador, e justificado por isso. Como Nietzsche já havia avistado (Heidegger, 2007, p. 3), todo poder é sempre super poder, enquanto poder, sua essência é sempre crescer.



## 2. A Fundação da subjetividade (René Descartes)

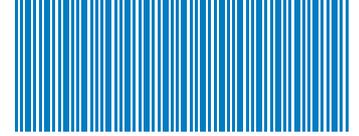
Dois mil anos depois do começo dessa história vem outra: a história de Descartes. Aqui voltamos a lembrar do tema desse texto, a subjetividade, e vamos compreendendo a relação da transformação da verdade com a criação da subjetividade. Em Descartes, Hegel afirma que “pela primeira vez a filosofia toca solo firme”. Isso é bastante significativo quando falamos a partir da verdade romana, significa que pela primeira vez a filosofia se torna uma arma letal, toca a essência mais rigorosa da correção, chega ao máximo da afirmação competente e do convencimento.

**A filosofia se estabelece, ganha as alturas do imperial.** O que diz Descartes é muito importante, pois talvez seja o que há de mais imperial, de mais acertado. É com Descartes que nasce a “subjetividade”, ou melhor, a subjetividade é alçada ao máximo poder com a certeza de que “eu sou”. Para além da *res extensa* (coisa corpo), da *res cogitans* (coisa pensamento). **O próprio ser humano se transforma ele mesmo na maior certeza, no maior objetivo, o objeto por excelência: a subjetividade.**

A construção da subjetividade é o fato mais decisivo, mais poderoso, mais devastador da verdade como *véritas*, da nossa verdade ocidental moderna. **A certeza do “eu sou”, logo se transforma no “eu posso” e, depois, no “eu quero”, até que o ser humano se transforma num ser desejante, numa máquina do querer alimentado pelo equipamento inconsciente.**

A segunda e a terceira regras de Descartes, em seu livro “Discurso do Método”, enfatizam e esclarecem esse ponto, relacionando a verdade como certeza, a *ratio* como habilidade natural do homem e, portanto, um antropomorfismo acima de qualquer ataque. A segunda regra diz: “É aconselhável permanecer apenas no âmbito daqueles objetos, para cujo conhecimento seguro e indubitável nossa habilidade natural é “suficiente” (Heidegger, 2001, p. 131).

Já não é qualquer objeto que é alvo do conhecimento, a natureza, a *physis* (que podemos tentar vislumbrar como “brotação” e não “natureza”) grega foi fragmentada. O que pode brotar só acontece agora dentro de certos limites (os limites do império), esses limites prezam pela segurança e pela eliminação da dúvida, passando pela característica essencial do animal homem: a habilidade da razão. Esse homem agora tão importante, dono do instrumento da certeza e da garantia, pode e deve ser cultivado em seu esplendor criativo: a cultura. A criação humana, em todos os



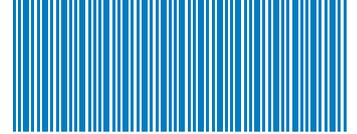
níveis, nada mais é do que o homem calculando, assegurando e se autoerigindo no meio das outras coisas, no meio dos outros entes como “o” ente. O que nos circunda passa a ser chamado de meio ambiente, e este vem cheio de objetos aos quais miramos nossos objetivos. Nós mesmos somos um objeto, o objeto subjetivo, o objeto por excelência. O que chamamos de “cultura”, então, é o fechamento mais velado do caminho de volta do homem à sua pátria, à sua origem, pois o coloca sempre como supremo e, por isso mesmo, igual a todo ente, igual as outras coisas. Sua relação acaba sendo com as coisas, com os animais e com a coisa espírito, se assemelhando ou se diferenciando deles, e nada mais.

A terceira regra diz:

No âmbito dos objetos assim colocados de antemão não deve ser examinado o que os outros disseram a respeito, nem o que nós mesmos pensamos a respeito, mas sim aquilo que vemos clara e evidentemente ou que podemos deduzir com certeza. Não se consegue conhecimento científico de nenhuma outra forma (Heidegger, 2001, p. 132).

Qualquer semelhança desse modo de pensar com a verdade como certeza reta da correção que elimina as contradições não é mera coincidência. Claro que esse texto não pretende um aprofundamento no pensamento cartesiano, apenas quer iluminar as passagens que marcam a tonalidade de nosso pensamento influenciado. Uma dessas passagens mostra claramente esse tom. Ele diz: “devemos nos tornar mestres e donos da natureza” (Heidegger, 2001, p. 132). A certeza, segundo Descartes, está na evidência, tudo deve ser posto em evidência, esse é o fundamento. E qual é a maior certeza a que Descartes chega, aquela que toca solo firme? ***Ego cogito sum***, ou seja: **Eu penso, eu sou**. “No reconhecimento direto de ‘eu penso’ é dado diretamente, ao mesmo tempo, que eu sou” (Heidegger, 2001, p. 133). A maior certeza é a minha existência como algo que é, a minha subjetividade é a substância mais sólida que a razão pode atingir e, como vimos, a razão não é um poder entre outros que o homem possui, mas seu poder básico, sua distinção que o condena a semelhança. O próprio nome diz as duas coisas: animal racional. **A subjetividade passa a ser a mais alta verdade do desenvolvimento rumo ao infinito do nosso modo imperial de pensar.**

Em outras palavras, o que é verdadeiramente ente [coisa], não decide o ente [coisa] evidente a partir de si mesmo, mas sim, exclusivamente, o tipo de verdade estipulada pelo *ego cogito sum*, isto é, pela subjetividade do “eu penso” no sentido da certeza (Heidegger, 2001, p. 133).



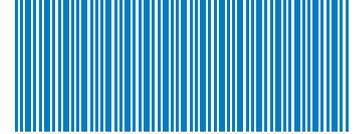
Aqui fica então deduzido que o processo interior da mente ou da alma é levado a concordar com as coisas lá fora, já que é ela quem “decide”, pois está no nível mais alto de toda certeza: **eu sei que eu sou.**

Não decide exatamente, pois, se lembrarmos, a subjetividade é fruto do esquecimento da questão da *aletheia*, feita pela *veritas* romana, em direção à garantia da correção. A subjetividade é o desenvolvimento desse esquecimento multiplicado ao infinito. Daí nascem as diversas tentativas de explicação, psicologias e pedagogias, dentro de um âmbito não esclarecido, esquecido, por elas mesmas. Por isso, fica muito clara a compreensão do que hoje admitimos como verdade; de que esta, a verdade, é a representação dessa subjetividade ou a metáfora de um processo obscuro. Tanto a representação, que diz que o homem representa seu mundo e o interpreta, como o das mensagens metafóricas, falam da certeza da *ratio*, da *actus* que fecha todo cálculo, que se transforma em certeza da subjetividade. Falam do “pensamento” adequado, domesticado, apaziguado. Falam do “homem coisa” que se cultiva como gênio.

Não é coincidência também que a palavra subjetividade tenha raiz na palavra grega *hipokeimenon* que significa, entre outras coisas, substância. Ou seja, a subjetividade é a substância, a coisa rígida e fixa, que enuncia a partir da mais alta garantia afirmadora da razão imperial e assim anula toda disputa e tensão, apaziguando o pensamento, deixando-o em paz, pois, sendo poderosa, leva todos os outros modos de verdade à ruína, à falsidade, à mentira. Subjetividade, a substância essencial do homem, é a nossa história de reinar perante tudo, a fundação da nossa visão de quem somos, que nos cega e nos deixa vidrados e crentes na paz prometida pelo império da *veritas*, anulando a brotação da questão.

### 3. A tentativa de uma outra fundação (o ser-aí)

Se esse exercício reflexivo nos trouxe até a percepção de que a subjetividade do ser humano ou, sua patente mais conhecida como animal racional, é a consolidação mais marcante da transformação da verdade *aletheia* em verdade *veritas* e, com isso, a elevação do homem como uma coisa entre coisas, o padecimento do pensamento em detrimento de um modo útil e funcional de maquirar, então, faz-se necessário uma outra fundação deste que hoje chamamos de ser humano.



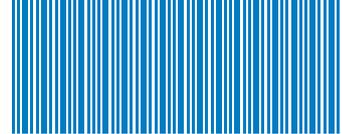
A necessidade dessa tarefa não pode mais residir numa necessidade “humana”, como nós a conhecemos. Se assim fosse, estaríamos novamente colocando e apontando a verdade das coisas e do mundo, bem ao modo cartesiano que descrevemos acima. Não pode ser fruto de um desejo desse humano cheio de subjetividade. Isso seria, lembrando novamente Nietzsche (Nietzsche, 2005, p. 220) “apenas o retorno do mesmo”.

O pensamento, ele mesmo, portanto, quer pensar. Sim, o pensar não pode ser mais uma coisa do ser humano, muito menos atrelado a qualquer utilidade. Nesse sentido, nossa tarefa consiste em nos mantermos abertos. Abertura é esse espaço entre o espaço que doa a clareira para que esse pensar possa aparecer, em outras palavras, e resumidamente, que possa “ser”. Não “ser” de qualquer modo ou em qualquer lugar, mas que possa ser-aí.

Uma atividade é aqui proposta como exercício de nos mantermos nessa abertura, ser-aí, que propriamente somos; um exercício que, como na *aletheia*, mantém a questão como questão, tornando-a digna de ser questionada. Quando isso acontece, a subjetividade desaparece. Não somos mais nós, enquanto animais racionais, seres de desejo ou projetos de desenvolvimento de inteligência, que “fazemos” a pergunta e que pensamos, somos apenas o espaço de abertura que deixa o pensar pensar, e a questão questionar.

Esse exercício é o simples questionar da seguinte pergunta: **“Cabe ao homem a decisão pela verdade do que é?”** (Heidegger, 2010, p. 145).

Temos que ser exigentes nessa pergunta. Ela não deixa que aconteça uma resposta. Não podemos dizer que não, não podemos dizer que sim. A partir desse questionar honesto, o que fica é um silêncio. Esse silêncio é o que Heidegger chama de silêncio pensante. É o início da transformação do ser humano em ser-aí. Novamente, não é uma tarefa do homem moderno que vai, com sua competência histórico-cultural, fazer (*actus*) essa transformação, mas, se essa questão apareceu, ela exige ser questionada. Agora não depende mais de uma questão de vontade ou convencimento. Essa é a tarefa do pensamento.



## REFERÊNCIAS

HEIDEGGER, M. *Meditação*. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *Parmênides*. Petrópolis: Vozes/Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.

\_\_\_\_\_. *Seminários de Zollikon*. Edição de Medard Boss. São Paulo: EDUC / Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTORO, A. F. *Introdução à Ciência do Direito*. 23. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

NIETZSCHE, F. *Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PITTA, V. *O Fascinante Universo da História*. Blog. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://imperialroma.blogspot.com/2008/03/imprio-romano-resumo.html>>. Acesso em 28 de Jun de 2011.

